



CONGRESO INTERNACIONAL

CONTESTED_CITIES

EJE 4

Artículo nº 4-527

**A VILA DE PESCADORES DE PRAIA DO FORTE ENTRE
PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA**

MELLO MÁRCIA M. COUTO

SILVA ARIADNE MORAES

FARIA GABRIELLA ALMEIDA

A VILA DE PESCADORES DE PRAIA DO FORTE ENTRE PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA

MELLO, Márcia M. Couto

Universidade Salvador – UNIFACS

mellomarcia@uol.com.br

SILVA, Ariadne Moraes

Universidade Federal da Bahia – UFBA

ariadnemoraes@hotmail.com

FARIA, Gabriella Almeida

Universidade Católica do Salvador – UCSal

gabriellafaria@hotmail.com

RESUMO

Na perspectiva de dialogar com a proposta do Congresso Internacional Contested-Cities, através do eixo temático 4 – “Nuevas formas y límites de la gentrificación”, este estudo, resultado parcial de uma pesquisa mais ampla, visa analisar os processos de gentrificação que reconfiguraram a dinâmica sócio- espacial de um importante vilarejo localizado no município de Mata de São João, no Litoral Norte do Estado da Bahia, Brasil.

A Vila de Pescadores da Praia do Forte vem passando por intensas transformações urbanas e ambientais e, por consequência, intensificam-se os processos de segregação espacial, econômica e social, ocorridos em função de impactos gerados pelo fluxo de capital orientado por ocupações hoteleiras, pela especulação imobiliária e pelo incremento de comércios e serviços. Entre coexistências de cenários, observam-se constantes processos de gentrificação desencadeados por elementos diversos, como turismo patrimonial, apropriação privada da natureza e espetacularização contemporânea, todavia, fazendo front à essa nova dinâmica percebem-se resistências isoladas e agenciadas em territórios micro.

PALAVRAS-CHAVE: segregação socioespacial; gentrificação; turismo patrimonial; espetacularização contemporânea; resistência.

1. MARCO TEÓRICO

Os processos de transformação dos territórios desencadeados no final do século XX foram marcados por aceleradas formas de globalização que incentivaram uma espécie de padronização da cultura de consumo (LIPOVETSKY, 2008). Estratégias de marketing facilitadas pelo avanço tecnológico na área da informática e da comunicação permitiram, entre outras coisas, o intercâmbio de informações e culturas. As novas territorialidades são expressões destes processos recentes, os quais produzem diferentes efeitos na dinâmica espacial, social, ambiental e cultural de cada microterritório (MELLO; SILVA, 2011). A articulação entre o global e o local, permeada por conflitos, pode desencadear movimentos de resistência que tornam alguns territórios diferenciados, a despeito da atual tendência à formatação do mundo em uma crescente e homogênea comunidade interconectada (CASTELLS, 2001). São diferentes tipos de resistências que podem ser observadas nas formas de expressão cultural, arquitetônica e artística, ou num estilo particular de viver e de se relacionar com os recursos naturais e com os ritmos da natureza (FARIA, 2013).

Ao se verificar a aplicação de alguns exemplos de planificação estratégica no Brasil, percebe-se a hegemonia de uma cultura de importação de modelos internacionalizados, o que tem gerado processos equivocados de parcerias entre setores públicos e privados. Após a década de 1980, pode-se dizer que o País se rendeu totalmente à influência do mercado internacional, e, as esferas governamentais assumiram posturas nitidamente neoliberais, onde toda a dinâmica da economia brasileira fica subordinada ao movimento de capitais. Dentro de uma lógica de estratégia desenvolvimentista, os governos priorizam a execução de obras faraônicas e disponibilizam altos recursos em intervenções de médio ou grande porte voltadas para as áreas de sistema energético, transportes e operações urbanas consorciadas. Do ponto de vista geopolítico, o desenvolvimento dos processos de acumulação capitalista na América Latina acontece de forma desigual (leia-se cultura da pobreza), através de relações de subserviência vinculadas às “táticas” imperialistas (SILVA, 2008).

Os anos de 1990, foram dominados pelas guerras fiscais e pela competição entre as principais metrópoles mundiais. Naquele período, os projetos arquitetônicos e urbanísticos de impacto imperaram entre planejamentos estratégicos, espetacularizações e processos de *gentrification*.

As principais cidades brasileiras se inseriram em redes internacionais de negócios, através de lógicas de disputas – era de operações de *city marketing* e do *cultural turn* (ARANTES, 2000). Tais processos se estenderam aos empreendimentos turísticos e hoteleiros localizados em Áreas de Proteção Ambiental – APAs, inseridas em pontos favoráveis da costa litorânea e, mais recentemente, em zonas rurais, além de *waterfronts*¹ e centros históricos com objetivo de atrair visitantes de diversas partes do mundo.

No Brasil, as gestões públicas municipais e estaduais aplicam o “sucedido modelo” e entram na armadilha da produção do consenso, sem gerar políticas públicas participativas de investimento social. Os poderes institucionalizados sobre a cidade, então, viram as

¹Espaços denominados *waterfronts* são representados por zonas portuárias, frentes marítimas ou zonas ribeirinhas. Considerados locais estratégicos da cidade, as frentes de água se configuram enquanto significativos pólos turísticos e são cuidadosamente estudados para intervenções de “revitalização”, criando oportunidade de transformações urbanísticas. Os processos históricos têm mostrado ser esse um importante filão territorial, por sua imponência paisagística e possibilidade de grande valorização especulativa. Como exemplo tem-se a reconversão urbana em Lisboa (EXPO 98); a Vila Olímpica de Barcelona; as Docklands, em Londres; Puerto Madero, em Buenos Aires; Píer 17 e Battery Park em Nova York; Boston Waterfront, entre outros.

costas para seus cidadãos e as singularidades culturais e econômicas de cada localidade, aumentando significativamente a exclusão e a segregação territorial.

Segundo David Harvey (1989), o aparato público funciona como agente de reprodução do capital na produção do ambiente urbano a partir da articulação entre governos locais e grupos empresariais que, estimulando o mercado imobiliário, facilitam a atração de investimentos usando como estratégia a desregulamentação do controle do uso do solo e o financiamento público desses projetos.

No caso do Litoral Norte do Estado da Bahia, e, mais especificamente, no micro-território recortado para este estudo, a Praia do Forte, a gentrificação já se confirmaria pela segregação social e residencial, conforme o pensamento de Redfern (1997). Todavia, o fenômeno urbano denominado gentrificação deve ser pensado em um contexto mais amplo, mesmo que se fundamente em conceitos engendrados por Spain (1993), Philips (1993) e Friedberger (1996), pois o vilarejo de pescadores perdeu a intensidade das suas atividades tradicionais e alguns espaços se converteram em sedes de novas atividades econômicas, basicamente voltadas ao lazer.

Vale ressaltar que, além da manifestação urbana do fenômeno, mais recentemente foi identificado um processo similar em áreas rurais. Segundo Bataller (2000, p.11), nesse processo, na medida em que as atividades tradicionais do campo perdem intensidade, algumas zonas vão se convertendo em sedes de novas atividades econômicas, basicamente destinadas ao lazer, e em sedes de segunda residência. Sendo assim, os problemas da gentrificação rural são similares ao da gentrificação urbana, e, os novos habitantes têm maiores facilidades de acesso aos serviços desses territórios que os antigos moradores.

A gentrificação, portanto, está profundamente enraizada na dinâmica social e econômica das regiões que sofrem com esse fenômeno e, em grande parte, está determinada pelo contexto local: as novas ocupações, os agentes e comunidades envolvidas, as funções e usos dominantes e, sobretudo, contaminados pela política governamental incidente.

Nesse recorte territorial, as paisagens associadas à gentrificação refletem diretamente no espaço a forma como têm mudado os padrões de consumo derivados da globalização da cultura no chamado mundo pós-moderno (idem, p.26). Surgem estabelecimentos comerciais, empreendimentos turísticos e condomínios residenciais que demonstram o maior poder aquisitivo e os modos de vida predominantes dos novos habitantes e público consumidor.

Em contraposição, a singularidade das táticas de resistência, as lógicas engendradas pelas tensões dos micropoderes locais e as transformações tipológicas e sociais ocasionadas por tais processos, geram situações interessantes de coexistências na porosidade entre o macro e o micro, característico dessa vila de pescadores.

Atualmente, o vilarejo de Praia do Forte é herança do processo histórico de ocupação e formação territorial ocorrida no país que se caracterizou pelo desenvolvimento urbano e industrial concentrado, desigual na zona litorânea e sub-litorânea, e, também, como parte de uma demanda e um contexto global, que em diferentes momentos históricos esta região se integra/articula, fragmenta/desarticula ao movimento da economia nacional e internacional, gerando modelos que buscam atender uma lógica hegemônica.

Em função do crescente impacto gerado por projetos e obras dessa natureza, orientados por empreendimentos imobiliários e serviços voltados, em grande parte, para um turismo elitizado, surge uma série de complicações: ocupação desordenada do solo, desfiguração da paisagem natural, interferências sobre a cultura local, problemas de saneamento básico,

privatização dos espaços públicos e processos equivocados de inserção de novas arquiteturas espetacularizadas.

2. DO GLOBAL AO LOCAL

O contexto característico do terceiro milênio constrói um cenário paradoxal para territórios como a Praia do Forte, onde o mundo globalizado convive com a realidade dos moradores nativos que ainda conservam atividades tradicionais, as quais desafiam novas formas de gentrificação, revelando uma imbricação de forças endógenas e exógenas.

Trata-se de um recorte espacial onde é possível observar que a dimensão econômica predomina nas diferentes formas de uso e apropriação do solo, balizadas por um mercado de terras que cresce de forma acelerada, criando um contexto fundiário tenso e conflituoso. A apropriação privada da natureza, alicerçada nas políticas públicas protecionistas dos grandes capitais, promove alterações da paisagem local. A manutenção da concentração fundiária conservando padrões coloniais se reafirma nos dias atuais através da negociação de extensas áreas para as grandes redes hoteleiras internacionais. São processos que se repetem ao longo da história e refletem sobre a produção e a modificação dos espaços, acentuando desigualdades sociais e econômicas, a partir de políticas públicas de planejamento territorial, que viabilizam atividades voltadas para os interesses das classes dominantes.

Com o início do processo de urbanização das áreas mais cobiçadas da vila, observam-se alterações do padrão construtivo, refletindo sobre a valorização imobiliária que se estende, mais predominantemente na faixa costeira, exibindo uma cruel e explícita segregação. Contudo, observa-se que a gentrificação naquele território transcende as questões físicas e espaciais, se expandindo a outros horizontes.

Apoiado pelo poder público, o capital estrangeiro acaba sendo o principal protagonista destas alterações. A predominância da condição rural na vila, observada na manutenção de atividades extrativistas, ainda que ameaçadas, hora alicerça a negociação de suas terras e sua ruralidade, hora redefine a perspectiva de ampliação dos limites urbanos.

Se por um lado a urbanização facilitou a acessibilidade dos visitantes e buscou atender padrões higienistas, os moradores locais estão sendo expulsos dessas áreas, pois, face à uma vertente econômica agressiva, poucos habitantes antigos resistem às mudanças. Alguns cedem ao processo de gentrificação, porém, há nativos que ainda procuram sobreviver no novo contexto

3. PROCESSO DE EXPANSÃO – BREVE HISTÓRICO

As primeiras modificações percebidas na paisagem e nos ecossistemas, decorrentes das diversas formas de uso e ocupação do solo do Litoral Norte, remontam à segunda metade do século XVI. Desde então, o modelo primário exportador², que predominou no Brasil

²O modelo primário exportador se constituiu em um marco histórico com a inserção da economia latino americana no sistema global de comércio, mediante uma nova divisão internacional do trabalho. Este modelo configurou uma clara

até meados do século XX, circunscreveu a sua base territorial às cidades litorâneas, devido aos poucos meios de comunicação disponíveis e ao vínculo comercial com o mercado externo.

Habitada originalmente pelos índios Tupinambás, ainda no século XVI, sob a posse de Portugal, desenvolveu-se naquelas terras uma pecuária extensiva, além de uma economia de subsistência para prover o Recôncavo baiano, com animais de tração, carne, leite, couro, além do óleo de baleia para iluminação da cidade de Salvador. A partir do século XVII, em paralelo ao desenvolvimento da pecuária, o fornecimento de lenha para os engenhos resultou na devastação das primeiras áreas de florestas. Assim, a lenta ocupação no litoral norte da Bahia permaneceu concentrada naquele território e está intimamente ligada à trajetória da família de Garcia d'Ávila, primeiro português que se tem notícia a estabelecer moradia ali. Garcia d'Ávila possuía uma larga extensão territorial que incluía a costa de Tatuapara (Praia do Forte), onde, entre 1552 e 1609, foi construída a primeira Casa da Torre³, fortaleza que funcionou como "um observatório avançado" da coroa portuguesa na Colônia, desempenhando as funções típicas de proteção e defesa.

Sem sofrer grandes alterações até o século XX, a região do Litoral Norte manteve-se em relativo isolamento, devido à falta de comunicação terrestre com a capital, fazendo com que o seu processo de ocupação territorial fosse lento e pouco adensado. A sua economia, de subsistência, lastreava-se no extrativismo vegetal e na pesca, contudo, foi a partir das últimas décadas do mesmo século, que se desencadearam acelerados processos de transformação, devido à construção de uma rodovia (BA-099) que interliga a Praia do Forte à Salvador (FARIA et al., 2013). Assim, a vida simples e pacata daquela vila de pescadores assumiu um novo ritmo, baseado nos anseios do consumo contemporâneo: a especulação imobiliária redefiniu os seus espaços provocando processos de segregação, gentrificação e resistência; novas dinâmicas de ocupação e uso do solo, voltadas à espetacularização e à cenarização, agredem os ecossistemas e a historicidade; enquanto o turismo modificou hábitos cotidianos e modos de viver da sua população em práticas globais generalizadas.

4. PRIMEIROS SINAIS DA *GENTRIFICATION*

Observa-se que a construção da BA-099, conhecida como Estrada do Coco, no final da década 1980, foi a maior responsável pelo rompimento do isolamento que existiu até então naquela região, se constituindo como um elemento potencializador de novas dinâmicas e transformações das atividades socioeconômicas e ambientais. Apesar das diversas modificações percebidas no contexto de quase todos os pequenos vilarejos que compõem aquele território, pode-se dizer que o maior impacto deve-se à ocupação da Vila da Praia do Forte, onde inicialmente surgiram casas de veraneio e pequenas pousadas, ainda num padrão de ocupação de baixa densidade e com arquitetura integrada ao ambiente pela tipologia construtiva e pela proporção das edificações.

divisão no nível de poder econômico a favor dos principais países industrializados da época e aos países periféricos, como o Brasil, coube o papel de exportar matérias-primas para o fortalecimento dos estados nacionais europeus e a expansão do mercantilismo (PINHEIRO, 1995).

³Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse monumento histórico e arquitetônico foi "a residência particular mais monumental do seu tempo de que se tem memória nas Américas" (SMITH apud AZEVEDO; LIMA, 1975, p.48). Após quase três séculos, o Castelo (como é popularmente identificado) foi abandonado e acabou se transformando numa majestosa ruína.

Ainda na década de 1990, o segundo trecho construído da BA-099, denominado Linha Verde, se constituiu como outro importante indutor para o avanço da ocupação territorial naquela região. No momento em que aquela faixa litorânea se integrava a Salvador, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia – APA/LN, com o aparente objetivo de resguardar seu patrimônio cultural e ambiental.

Desde então, os limites e as conexões entre vilas e cidades se ampliaram, a partir de um processo de ocupação diferenciado ao longo das duas faces da sua malha viária. O território que, anteriormente à ampliação da rodovia, se apresentava de forma contínua e mantinha interligados os povoados, núcleos e vilas, foi seccionado, apartando suas comunidades, lançando-as a realidades distintas. Sobre este contraste, Mattedi (2002, p.120) revela que “os maiores focos de pobreza encontram-se não por acaso, a oeste da linha verde, bem longe do mar e dos olhos daqueles que passam pela estrada”.

Em núcleos rurais e áreas urbanas situadas na orla (a leste da rodovia), a especulação fundiária e imobiliária, impulsionada pelo turismo, faz emergir continuamente pousadas, hotéis, comércios, restaurantes, condomínios e pequenos shoppings-centers, para atender às necessidades dos frequentes visitantes, com destaque para as aglomerações das vilas da Praia do Forte e de Imbassai. Segundo Silva e Carvalho (2011, p.99;108;112), o crescimento do turismo nesta região tem sido impulsionado por uma estratégia/ferramenta de marketing territorial pública e privada, que visa vender grandes extensões de terra na porção litorânea, incentivada pelo Governo do Estado da Bahia e amparada na ausência de planejamento territorial municipal.

As comunidades localizadas a oeste da rodovia também presenciam a especulação fundiária e nesta face é possível observar diversas formas de crescimento e de ocupação desordenada. Terras antes desocupadas, ou ocupadas exclusivamente por fazendas, sítios e usadas pela atividade de reflorestamento, são loteadas e negociadas por valores desproporcionais à realidade do lado leste. As localidades interioranas, embora não recebam turistas com frequência e não estejam dotadas de serviços para atender os visitantes, mantêm fortes interações com o turismo e conseqüentemente com as áreas costeiras, servindo de moradia para a mão de obra dos empreendimentos de pequeno à grande porte, ali instalados. Vale ressaltar que, inclusive, grande parte dos nativos que residia na zona costeira, se transferiu para as localidades interioranas, menos valorizadas e localizadas na face oeste da Linha Verde (FARIA, 2013, p.121).

Criou-se, portanto, uma nova lógica funcional que possibilitou uma configuração espacial em redes, ao mesmo tempo integradora e segregadora, caracterizada por espaços e fluxos heterogêneos. Atualmente, sofisticados complexos hoteleiros e residenciais dividem aquele território com loteamentos de média e baixa renda, ameaçando a historicidade secular dos monumentos arquitetônicos e das paisagens culturais e naturais. E, nessa nova configuração socioeconômica espacial, emergem processos de *gentrification* das populações remanescentes.

5. NA ROTA DA PATRIMONIALIZAÇÃO: ESPETACULARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

A intensificação de processos multiculturais e a organização de movimentos sociais ganharam expressões significativas a partir da década de 1980, período pós-ditadura militar. Com isso, novas políticas de preservação de sítios arquitetônicos e bens imateriais

engendrados pela UNESCO potencializaram relações de patrimonialização de bens artísticos e naturais, sobretudo uma crescente preocupação com causas ambientais, alavancando políticas de demarcação desses territórios “verdes”. Surge um novo imaginário evocando natureza e paisagem. Com a popularização da ecologia e a importância dos ecossistemas, há um aumento relevante de áreas de preservação ambiental, zonas de manejo e reservas florestais, ocasionando novas categorias legisladoras dessas biotas naturais.

A incorporação de conceitos de cultura e de novas inserções patrimoniais abrem possibilidades de outros atrativos dentro dos destinos turísticos já consolidados e a estruturação de novos roteiros, construindo uma outra cartografia imaginária. A indústria do turismo propõe, nessa rota, inúmeros circuitos: eco-turismo, turismo social, turismo doméstico, turismo cultural.

Com isso, surge uma nova modalidade de resignificar, de proteger e valorizar, implementando disputas sobre territórios e regiões vistas como potenciais cartões postais. A costa litorânea, sobretudo o litoral norte da Bahia, corresponde a uma faixa mais do que estratégica e sedutora em sua conformação natural e morfológica e, portanto, interessante para ser vendida turisticamente. Praia do Forte está inserida nos pacotes turísticos internacionais e potencialmente alicerçada por planos midiáticos articulados com redes de negócios voltadas para investimentos nesse setor, com objetivo de atrair visitantes de várias partes do mundo. A beleza tropical, a paisagem exuberante, as praias sedutoras, a rica biodiversidade, a infraestrutura confortável com instalações luxuosas, uma vila que reúne grifes e gastronomia requintadas, monumento histórico e arquitetônico relevante, além de projetos voltados à preservação das tartarugas marinhas, baleias e reservas ecológicas, são atrativos intensamente publicizados e direcionados para um mercado turístico que aprecia requinte e natureza.

Conforme Fernandes (2006, p.51), “a mercantilização da vida urbana e da cidade é um fenômeno de longa duração e tem constituído, de diferentes formas, a sua história desde a chamada cidade antiga”. Praia do Forte não está apenas inserida nesse circuito mercantil de forma corporativa, mas apresenta no seu bojo um conjunto de valores ambientais e culturais que legitimam as recentes intervenções urbanísticas, porém na perspectiva de uma patrimonialização do território que tende a homogeneização e a banalização. A atual lógica fundiária, o incremento de serviços, a política imobiliária e o comércio voltado para o mundo fashion, quase como um shopping a céu aberto, torna aquela localidade altamente seletiva e controlada.

Nesse sentido, há uma atração de investimentos e deslocamentos turísticos cada vez mais intensos, agregando-se o valor da novidade, no entanto, configurando fragmentos de espaços segmentados e excludentes, dos quais patrimonialização e cenarização são partes constituintes (ibidem, p.57).

Com o início do processo de urbanização das áreas mais “luminosas” da Vila, observam-se alterações do padrão construtivo, refletindo sobre a valorização imobiliária que se estende, mais predominantemente, na face leste da Linha Verde. Apoiado pelo poder público municipal e estadual, o capital estrangeiro e nacional acaba sendo o principal protagonista destas alterações.

A predominância da condição rural na vila, observada na manutenção de algumas atividades extrativistas (BAHIA, 2001), ainda que ameaçadas, hora alicerça a negociação de suas terras e sua ruralidade, hora redefine a perspectiva de ampliação dos limites urbanos. Se por um lado a nova pavimentação executada no plano de urbanização facilitou a acessibilidade dos visitantes e buscou atender padrões higienistas, as crianças da Vila já não têm tanto espaço para brincar e se lambuzar. O eixo central de via principal está ocupado e delimitado, onde antigamente aconteciam os tradicionais jogos de futebol da comunidade, as procissões e as

festas locais integradas ao vilarejo. Ali, de fato, existiam os “olhos da rua”. Podemos observar essas transformações nas formas de apropriação do espaço público.

As casas localizadas na rua principal da Vila encontram-se visivelmente alteradas, sejam em suas conformações tipológicas, seja na ampliação do seu gabarito, em função dos usos comerciais e de serviços que imperam na região. É muito comum encontrar “arquiteturas de fachada”, com predominância de panos de vidro que incrementam as vitrines das lojas e um arsenal de placas publicitárias que contribuem para a poluição da paisagem local – um chamariz comum nos moldes do consumo contemporâneo. Algumas tipologias assumem o caráter de “galpões decorados” (muito distante daquilo que poderíamos imaginar como um vilarejo típico de pescadores). Nesse sentido, tais arquiteturas estão muito mais voltadas à uma lógica convencional de comunicação com o ambiente externo da rua, a partir de um formalismo construído com tecnologia e materiais de uma estética visual específica vinculada a um modismo mais homogêneo.

O processo de verticalização tem espremido as arquiteturas vernaculares, descaracterizando completamente o sentido de vilarejo e aldeia, aumentando significativamente a ocupação do solo e provocando alterações climáticas e paisagísticas.

Há, de forma velada, uma pressão para que os moradores mais antigos migrem para os espaços mais “opacos” da Praia do Forte: sejam nos becos entre a via/núcleo principal e as vias secundárias; sejam nos deslocamentos para lado oeste da Linha Verde. Embora alguns defendam que a Praia do Forte é um dos raros casos de desenvolvimento sustentável no país (ALBAN, 2006), não é o que se pode constatar *in loco*.

Face à uma vertente econômica agressiva, poucos moradores resistem às mudanças. Alguns acabaram cedendo ao processo de gentrificação e vendem suas habitações para a turba de comerciantes vorazes por explorar a dinâmica turística da região, indo morar em outras localidades com menos infraestrutura urbana, portanto, mais acessíveis do ponto de vista do custo da terra. Outros moradores criaram uma tática de resistência interessante: alugam parte da frente da casa para comércio e moram nos fundos do imóvel ou alugam metade da testada do edifício e continuam morando na outra. Esse processo tem uma singularidade própria, pois é possível perceber essa coexistência de multifuncionalidade de usos e ocupações mistas.

Os inquilinos não reformam a testada na sua totalidade, o que gera uma leitura temporal muito clara entre uma arquitetura *vernacular* conectada à uma arquitetura produzida para atender um padrão mais domesticado para sua função. Essa experiência funciona quase como uma bricolagem.

Praia do Forte virou business, um território recheado de projetos de renovação urbana voltados para a iniciativa privada, através de uma cenografia encantadora, construções de espaços artificializados e uma certa dose de “animação cultural” (SILVA, 2008). A Vila, que já foi dos pescadores e do povoado local, hoje mais parece um showroom de marcas e grifes, com alguma remanescência de resistência e tradição. O carnaval do Forte, por exemplo, ainda representa um fôlego de expressividade popular. É comum ver *Os Caretas*, com suas indumentárias de plástico preto emaranhadas em folhagens, máscaras de animais e sinos nos pés, se apropriando das ruas e assustando as crianças e transeuntes. Em meio a esta atmosfera descontraída, circulam bandas de fanfarras que se misturam aos blocos locais como os *Mascarados*, as *Mortalhas* e as *Tabaroas*, coletivo de mulheres que trajam vestimentas caipiras e extravagantes. São esses corpos de indivíduos coletivos, em sua

máxima manifestação e expressão ritual, que compõem o imaginário da Praia do Forte, alterando e modificando a paisagem do lugar, criando novas territorialidades, mesmo que efêmeras.

Na ânsia de atender apelos de uma estetização global hegemônica – lógicas: fundiária, imobiliária, financeira e de *marketing* – esperamos que a Praia do Forte não caia em armadilhas funcionais e utilitárias e nem se transforme em uma *Patong Beach*⁴, no futuro. Entre tradição, natureza e memória, a lagoa, os coqueiros, o mar e seus nativos devem imperar. Infelizmente, não vemos mais senhoras rendeiras fazendo suas tranças de palha para os chapéus no frescor de sua varanda, mas as rodas de dominó e carteados, essas sim, continuam e devem continuar presentes, em cenários cada vez mais híbridos, em meio à horda de turistas!

6. CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

A natureza panorâmica da Praia do Forte, antes bruta e agora uma paisagem plasmada pelo homem, passou a ter valor de mercado, tendo sua negociação e ocupação agenciadas por interesses hegemônicos, que se organizaram sobre os conjuntos naturais existentes e apartaram a maior parte da população nativa dos seus meios tradicionais de subsistência. A transformação daquele território foi induzida por um conjunto de forças externas que derivou numa sequência de reações que se expressam em alguns momentos como movimentos de rupturas e mudanças, e em outros, como permanências e resistências, dando origem a espaços estriados, sobrecodificados e agenciados por um mercado formal capitalista, além de espaços lisos e desterritorializados que coexistem frente a uma lógica de dominação e gentrificação excludente.

A inserção desta região no circuito turístico nacional e internacional dominado pelas empresas estrangeiras resultou na implantação de enclaves turísticos, mega-*resorts* hoteleiros e condomínios residenciais voltados para atender a demanda de um mercado global. Esse processo é marcado sob a égide dos interesses da especulação imobiliária e por conflitos na dinâmica espacial nos quais, condições e resistências culturais e sociais variadas são menos valorizadas.

O conceito da *ecosofia* na formação do sujeito ecológico articulado aos movimentos sociais e à micropolítica do cotidiano pode ser uma pista interessante. Guattari (2005, p.7-8) manifestava sua indignação perante uma inconsciência percebida sobre “a relação da subjetividade com a exterioridade – seja ela social, animal, vegetal, cósmica”. Após denunciar as agressões ao ecossistema e citar que “os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração” (idem), a potência é pensar alternativas de empoderamento dos habitantes locais para que, eles mesmos, possam continuar resistindo criativamente através de práticas capazes de constituir uma vigorosa luta frente aos aparelhos de captura hegemônicos e às políticas de ordenamento e controle, fazendo front à essa padronização cultural e arquitetônica.

⁴A praia de Patong Beach, situada em Phuket Town, na Tailândia, é uma localidade que tem sofrido severas transformações em seu contexto histórico e territorial, com seu ambiente natural comprometido pela especulação turístico-imobiliária. Assim como na Praia do Forte, a abertura de uma rodovia (Soi-Bangla) modificou radicalmente os seus modos de viver, sua infraestrutura e a sua imagem, transformando a pacata vila de pescadores, artesãos e ritualistas tailandeses em um paraíso da luxúria, divulgando seus inferninhos pelas ruas da vila por filhotes de elefantes e macacos, a ponto de tornar-se um dos mais requisitados destinos para os turistas que buscam realizar as mais excêntricas fantasias sexuais e experiências outras com entorpecentes exóticos (x-tream sex and drugs). Maiores informações: www.thai-blogs.com

BILIOGRAFÍA

- ALBAN, Marcus (2006). *A Insustentabilidade do Turismo no Brasil e o Sucesso de Praia do Forte* – uma análise exploratória com base na nova economia institucional. Anais do IX Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización e Territorio. Bahia Blanca.
- ARANTES, Otília (2000). *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- BAHIA (2001). CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Diagnóstico socioambiental dos municípios de Mata de São João e Entre Rios* – Ba. Salvador: CONDER.
- BATALLER, Maria Alba S. (2000). *El estudio de la gentrificación*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona - nº 228, 3 de mayo de 2000.
- CASTELLS, Manuel (2001). *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. vol.1, 5ª. ed. Tradução Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra.
- FARIA, Gabriella A. (2013). *Natureza, apropriação e resistência: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João*, 2013, 220f. Dissertação (mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador.
- FERNANDES, Ana (2006). *Cidades e cultura: rompimento e promessa*. In: JACQUES, P. B. e JEUDY H. P. (org.) *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, p. 51-64.
- FRIEDBERGER, M (1996). *Rural gentrification and livestock raising: Texas as a test case, 1940- 1995*. In: *Rural History: Economy, Society, Culture*, vol. 7, nº 1, p. 53- 68.
- GUATTARI, Félix (2005). *As três ecologias*. 16ªed. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. São Paulo: Papirus.
- HARVEY, David (2000). *Condição pós-moderna*. (1ª ed 1989) 9ª ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola.
- LIPOVETSKY, Gilles (2008). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- MATTEDI, Maria Raquel Mattoso (2001). *Espaço e sociedade na área de proteção ambiental do Litoral Norte da Bahia*. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, ano III, n.5, p.105-14.
- MELLO, Márcia M. Couto; SILVA, Ariadne Moraes (2011). *Transterritorialidades, modas e espaço urbano*. In: MESQUITA, Cristiane. PRECIOSA, Rosane. (Org.). *Moda em ziguezague: interfaces e expansões*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, p.53-63.
- PINHEIRO, Vinícius C.(1995). *Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica*. In: Revista Planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nº 12 – junho de 1995.
- PHILIPS, M. (1993). *Rural gentrification and the processes of class colonisation*. In: *Journal of Rural Studies*, vol. 9, nº 2, p. 123-140.
- REDFERN, P.A.(1997). *A new look at gentrification: 1. Gentrification and domestic technologies*. In: *Environment & Planning A*, vol. 29, nº 7, p. 1275-1296.
- SILVA, Ariadne Moraes (2008). *A cidade que se desenha*. Consumo, competitividade produtividade e marketing – as artimanhas do planejamento estratégico. In: In: SILVA, L.M.; VIANA NETO, J.; SILVA, A.M. *Paisagens Mediadas – olhares sobre a imagem urbana*. Salvador: Unifacs/Edufba, p. 65-93.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; CARVALHO, Silvana Sá de (2011). *Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do litoral norte da Bahia*. Revista Desenhahia, Salvador, v. 8, n.17, p. 99-114.

SPAIN, D. (1993). *Been heres versus come-beres*: negotiating conflicting community identities. In: Journal of the American Planning Association, vol. 59, nº 2, p. 156-171.

TAVARES, Luis Henrique Dias. (2001). *História da Bahia*. 10 ed. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2001.